

O ESTADO DE S. PAULO

PUBLICAÇÃO DA S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP
02598-900 São Paulo - SP Caixa Postal 2439
CEP 01060-970-SP - Tel. 3856-2122 (PABX)
Fax Nº (011) 3856-2940

Fundado em 1875

Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)

José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)
Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)

Américo de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Plínio Barreto (1927-1958)

O modelo brasileiro de agricultura de alta escala

*
MARCOS JANK
E ANDRÉ PESSÓA

O Brasil tem dificuldade para reconhecer e compreender os modelos produtivos que funcionam bem e podem servir de modelo para dezenas de países.

Um dos exemplos mais notáveis desse tipo de dificuldade ocorre no caso do modelo brasileiro de agricultura tropical que desenvolvemos nas últimas décadas. Um dos pilares desse modelo é razoavelmente conhecido – o desenvolvimento de tecnologias adaptadas às condições tropicais: novas variedades aptas a latitudes mais setentrionais, plantio direto (que teve extraordinário impacto conservacionista ao eliminar a aração dos solos), introdução da segunda safra no mesmo ano agrícola sem irrigação, integração lavoura-pecuária-floresta e outros.

O segundo pilar, bem menos conhecido, foi a corajosa migração de produtores com aptidão e conhecimento agrícola em busca de ganhos de escala para enfrentar as difíceis condições de produção nos cerrados. Pequenos agricultores do Sul e do Sudeste do País construíram cidades e estradas a milhares de quilômetros de sua terra natal. Inicialmente o desenvolvimento se deu em cima do binômio soja-boi. Com o tempo, a valorização das terras incentivou a intensificação e diversificação agrícola, com o crescimento da produção de milho, arroz, algodão, café, cana-de-açúcar, eucalipto, leite, suínos e aves. Hoje são mais de dez atividades disputando o uso da terra, num dos modelos mais bem-sucedidos de produção de alimentos, rações, fibras, celulose e bioenergia do planeta.

Mas a maioria das pessoas não sabe que esse modelo de desenvolvimento se baseou em “ganhos de escala” absolutamente necessários e positivos.

Primeiro, porque o enfrentamento dos cerrados exige maior capacidade operacional para lidar com instabilidades climáticas, solos pobres e ácidos, enorme diversidade de pragas e doenças, acarretando maiores custos fixos e necessidade de escala.

Segundo, porque, ao contrário do que ocorreu nos EUA no começo do século passado, a infraestrutura de armazenagem e transporte não acompanhou a migração dos produtores brasileiros, obrigando-os a bancar suas próprias estruturas, o que também aumenta os custos fixos. A atual safra mostra claramente que a rentabilidade da agropecuária é dilapidada na mesma proporção em que aumenta a distância dos portos.

Terceiro, porque a própria condução da atividade em condições tropicais exige conhecimentos aprofundados de gestão e governança, o que requer profissionais qualificados e novamente aumenta os custos fixos. Profissionalização, capacidade de gerir modelos de alta tecnologia,

Não fossem os riscos regulatórios e de logística que vivemos, seríamos imbatíveis

sofisticados mecanismos de gerenciamento de riscos e comercialização, atuação na coordenação de cadeias produtivas com grande complexidade de contratos, elevadas exigências em termos de governança, transparência e sustentabilidade são hoje elementos essenciais para o sucesso da agricultura.

É incomparavelmente mais difícil plantar grãos nas condições dos cerrados de Mato Grosso e Mapitoba (Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia) do que no Meio-Oeste dos EUA ou na Bacia Parisiense. Já as culturas perenes – cana, laranja, café e eucalipto – são atividades que exigem imensa quantidade de capital e gestão primorosa, sob o risco de quebra no meio do caminho.

O fato é que nunca esteve tão claro que a escala de produção é um elemento fundamental para o sucesso da atividade agropecuária em condições tropicais. Esse tema já era visível no desenvolvimento de culturas perenes no Estado de São Paulo. Agora fica cada vez mais claro nos cerrados do Centro-Oeste e do Nordeste – no algodão, na soja, no milho e mesmo na pecuária. Os custos fixos são de fato elevados, mas com o aumento da escala o custo médio do produto final acaba se reduzindo, beneficiando os consumidores.

Grandes produtores compe-

tentes operam hoje com boa rentabilidade, gerando empregos de alta qualificação e conseguindo cumprir as exigências ambientais. Aliás, vale frisar que os custos de cumprimento das legislações ambiental e trabalhista (*compliance*) no País são altos e crescentes, forçando escalas cada vez maiores. Trata-se de desafios crescentes para a pequena escala enfrentar sem o apoio do Estado em atividades de baixa agregação de valor, como é caso das commodities agrícolas.

Não estamos com isso afirmando que a agricultura de baixa escala está inexoravelmente condenada ao desaparecimento. Ela vai continuar sobrevivendo nas regiões que contam com melhores condições de logística e armazenagem, maior acesso a mercados e outros elementos que atenuam os pontos levantados. Os Estados do Sul são um bom exemplo, onde a pequena agricultura consegue sobreviver integrada a agroindústrias processadoras ou por meio de cooperativas que reduzem os problemas de comercialização e de acesso ao crédito.

Tampouco estamos dizendo que os ganhos de escala sejam infinitos. Apesar de eles serem cada vez mais evidentes, a economia nos ensina que empresas podem entrar em situações de “deseconomias de escala”. Na realidade, sabemos muito pouco sobre essa matéria e a questão da definição de “módulos ótimos” de operação ainda é um assunto em aberto, em face das diferentes realidades deste nosso país continental.

Mas não há dúvida de que o principal vetor de crescimento da agricultura do País tem sido a combinação de gestão e ganhos de escala, e que esse modelo cada vez mais nos distingue do restante do mundo, causando admiração em países em desenvolvimento e temor nos nossos concorrentes desenvolvidos. Quem visitou a Agrishow na semana passada, em Ribeirão Preto, sabe do que estamos falando. Não fossem os riscos regulatórios e de logística que vivemos, seríamos imbatíveis. Nosso maior inimigo somos nós mesmos!

*
SÓCIOS DIRETORES DA AGROCONSULT E DO AGRO. ICONE. SITE: WWW.PLATAFORMAAGRO.COM.BR
E-MAIL: MARCOS@JANK.COM.BR

Mais expansão monetária no mundo

*
ILAN
GOLDFAJN

O mundo dá novamente sinais de desaceleração econômica. E os bancos centrais voltaram à carga. Nada muito diferente do roteiro-padrão desde a crise de 2008. EUA e China cresceram menos que o esperado no primeiro trimestre e na Europa a recessão ainda não terminou. São sinais de fraqueza, mas que não alteram significativamente a projeção de crescimento já modesto para o mundo. Enquanto isso, mais estímulos estão sendo despejados nas economias desenvolvidas, desde a enorme expansão monetária realizada pelo Banco Central do Japão (BoJ) à queda dos juros do Banco Central Europeu (BCE), passando pelo adiamento da retirada da expansão monetária pelo Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano). Qual o efeito dessas medidas?

Há lições sendo reaprendidas: os BCs conseguem evitar o pior – a grande depressão –, mas não trazem o crescimento sustentável de volta.

De fato, os indicadores econômicos globais mostram fraqueza, apesar dos estímulos acumulados nos últimos anos. O produto interno bruto (PIB) dos EUA deve ter crescido 2,5% anualizado com ajuste sazonal no primeiro trimestre deste ano, mas espere-se crescimento abaixo de 2% em 2013. Na China, o PIB cresceu 7,7% no primeiro trimestre, abaixo da previsão de 8%. Na zona do euro, a recessão deve se estender, com queda esperada do PIB (-0,7%) em 2013.

Quais as consequências desse persistente crescimento modesto no mundo?

O cenário é desafiador. As economias emergentes têm de crescer apesar do mundo desenvolvido, e não por causa dele, como foi na década passada. Reformas e políticas direcionadas à eficiência e à produtividade terão impacto relativo maior do que no passado.

Nesse cenário de desaceleração, alguns preços das commodities têm sofrido recentemente, especialmente os das metálicas, o que pode afetar algumas economias latino-americanas. Grandes exportadores de metais tendem a um déficit um pouco maior na conta corrente e crescimento econômico menos

forte, mas devem manter o bom desempenho econômico. De forma geral, o preço das commodities continua elevado, o que ainda favorece seus exportadores.

Para estimular as economias desenvolvidas debate-se usar mais intensamente a política fiscal (mais gastos e subsídios). Mas a política fiscal está limitada pelas dívidas elevadas. Empresas e consumidores reduziram as suas, mas as dívidas públicas aumentaram como consequência. A simples recomendação de mais expansão fiscal como solução esbarra na necessidade de apresentar um plano fiscal crível de longo prazo. O plano é necessário ao menos para manter os credores – os que detêm os títulos da dívida pública – confortáveis para continuarem financiando os governos endividados. Quando os credores perdem a confiança, o ajuste fiscal vira imediato e os custos, mais altos. Nesse caso, ronda o ambiente o risco de uma reestruturação forçada da dívida (vulgo calote), com a recessão que segue. A política fiscal tem claros limites, não se pode expandir demais, pelo menos sem a compensação clara de cortes no orçamento críveis no futuro. Não é coincidência que economias com dívidas muito altas tendem a ter também crescimento menor ao longo do tempo (o famo-

Quais as consequências? Em algum momento bolhas de ativos podem se formar...

so resultado de Reinhart & Rogoff mantém-se, apesar do “erro da planilha”, como outros estudos também mostram).

Apesar das velhas lições, os bancos centrais continuam tentando. Na ausência de uma política fiscal que possa de fato estimular as economias, no curto prazo sobra pouco mais do que tentar redobrar a aposta nos estímulos monetários.

Nos EUA, o comunicado da reunião de maio do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) do Fed já mostrou que o afrouxamento quantitativo atual deve continuar por um bom tempo, no mínimo, até o último trimestre deste ano. O BoJ anunciou em abril novo e bem agressivo programa de compra de ativos

com o objetivo de estimular a economia. O programa consiste, principalmente, na compra de títulos do governo japonês e, se seguido à risca, deve quase duplicar o seu balanço – um programa mais agressivo que o do próprio Fed. O BCE respondeu à nova fraqueza na atividade com uma redução da taxa básica para 0,50%, de 0,75% em maio, e provavelmente acabará expandindo o seu balanço para facilitar o acesso ao crédito de pequenas e médias empresas dos países periféricos. Ou simplesmente cortar a taxa de juros que paga nos depósitos que recebe dos bancos, atualmente em zero, para um valor negativo, se as condições piorarem. Quem disse que não existe taxa de juros nominal negativa...?

Qual a consequência para as economias emergentes dos estímulos dos bancos centrais nas economias avançadas?

A manutenção dos estímulos monetários no mundo reforça o cenário de apreciação do câmbio e queda de juros nas economias emergentes. Mas não de forma uniforme. Depende também das condições específicas de cada país. Na América Latina há exemplos distintos. No México, por exemplo, projeta-se apreciação do câmbio e queda de juros como consequência do cenário global, mas também das reformas em curso. Na Argentina, em contraste, há uma pressão para forte desvalorização do peso, apesar das condições internacionais, em função da forte depreciação dessa moeda no mercado paralelo, da queda de reservas internacionais e dos controles de preços.

No processo de tentativa e erro dos estímulos dos BCs criam-se outras dúvidas. Qual o risco da forte expansão monetária e de juros tão baixos por tanto tempo no mundo? O principal risco é o efeito colateral do remédio monetário. Em algum momento bolhas de ativos podem formar-se, caso os investidores esqueçam a crise passada e, estimulados por juros quase zero, saiam às compras não de bens de consumo, mas de ativos mais arriscados, em busca de retornos mais elevados. Seria a receita para problemas futuros.

*
ECONOMISTA-CHEFE
E SÓCIO DO ITAÚ UNIBANCO